

Documento final da Assembleia dos povos indígenas do Tocantins – realizada de 26 a 30 de outubro de 2023 – aldeia Galheiro – Povo Krahô.

Nós, povos indígenas do estado do Tocantins, participamos de 26 a 30 de outubro de 2023 da Assembleia dos povos indígenas, com o tema: "Direito Originário, Direito Inegociável: Ameaças, Estratégias e Perspectivas de Luta". Estivemos reunidos na aldeia Galheiro, no povo Krahô, os representantes dos povos indígenas Xerente, Apinajé, Krahô e Karajá de Xambioá, onde foram debatidas situações que os indígenas vêm enfrentando diariamente, e ameaças principalmente invasões nos territórios, extração de madeira ilegal, caça e pesca predatórias, roubos de animais silvestre e grandes empreendimentos como barragens (Ribeirão dos Cavalos, Serra Quebrada, Santa Isabel, Rio Sono e Perdida II), estradas e projetos de monocultura de soja, cana e eucalipto, impacto do agrotóxico e lixo nas nascentes dos rios. É uma preocupação muito grande, estão secando as cabeceiras dos rios, provocando que os povos indígenas fiquem sem água e doentes.

Em relação a saúde os indígenas participantes falaram que está muito precária, falta transporte, remédios, falta equipamentos e profissionais, precariedade nos polos de saúde, demora nos exames laboratoriais, falta de equipe multidisciplinar, falta saneamento básico, falta água de qualidade, tem aldeias nos diversos povos que não tem poço artesiano, muitos postos de saúde estão precários nas aldeias, e os indígenas manifestam que é uma falta de respeito aos indígenas esse mal atendimento.

Todas essas situações que estamos vivendo agravou-se pelas propostas de leis anti-indígena que tramitam no Congresso Nacional, principalmente estamos preocupados com o Marco Temporal. Nos juntamos com os demais povos do Brasil para lutar contra o Marco Temporal e graças a nossa mobilização e ao apoio de aliados conseguimos que o STF derrubasse essa tese que é anti-indígena e inconstitucional.

O direito originário foi confirmado pelo STF, reforçando nosso direito originário e a tradicionalidade das terras dos indígenas, bem como a garantia das demarcações das terras indígenas, mas, a preocupação e o perigo continuam. Algo bastante preocupante são as indenizações da terra nua, o reconhecimento dos títulos das pessoas que ocupam e invadem o território indígena e o limite que foi imposto para a revisão de limites para corrigir erros nas demarcações realizadas. Outra preocupação também é com o governo federal, ele vai indenizar os ocupantes das terras indígenas, e se o Congresso é anti-indígena ele não vai aprovar o recurso para a conclusão da demarcação das terras

indígenas. Mesmo que o Marco Temporal tenha sido anulado pelo STF o Congresso Nacional quer aprovar o PL 2903/2023 que é contra os indígenas, quer ressuscitar o Marco Temporal e muitas outras ameaças graves contra os direitos dos povos indígenas, por isso, nós rejeitamos essa proposta do Congresso Nacional.

Na Assembleia foi falado sobre o REDD+ que é um projeto mundial para favorecer o capitalismo, quer transformar todos os bens da natureza em mercadoria, como, água, floresta, ar, animais, frutos, plantas, remédios, etc. A proposta do REDD+ é que os indígenas entrem nesse mercado mundial e nós sabemos que o REDD+ é projeto que vai favorecer os países ricos e os governos, mas dizem que vai favorecer os quilombolas, os ribeirinhos, os camponeses, a agricultura familiar e os indígenas, mas nós sabemos que o REDD+ não vai trazer todos os benefícios que os defensores desta proposta anunciam. Se nos assinarmos o contrato vamos perder os nossos direitos de plantar roça, caçar, pescar, colher os frutos, colher capim dourado, fazer nossas casas, pegar remédios caseiros, fazer os rituais indígenas, não poderemos fazer artesanatos com a matéria prima da natureza. O REDD+ vai impactar nos nossos alimentos e na saúde dos povos indígenas, na nossa organização social e vai provocar conflitos e divisão das comunidades e violência.

Nós, povos indígenas historicamente vivemos de forma tradicional e alimentados pela nossa Mãe Terra, sem destruí-la e sem vendê-la. A Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT defende os nossos direitos e garante que antes de construir ou realizar qualquer projeto que vai afetar os povos indígenas, temos o direito de ser consultados. A Convenção 169, garante a nós povos indígenas à consulta livre, prévia e informada, e tem que respeitar a decisão da comunidade indígena. Por isso, nós, povos indígenas aqui reunidos acreditamos que o projeto REDD+ não vai beneficiar os indígenas, e somos contra esse projeto, e reafirmamos que:

- ✓ Não vamos negociar, vender ou trocar e nem arrendar nossos territórios;
- ✓ Que nosso direito a terra é um direito originário;
- ✓ Que a defesa, a proteção, o incentivo a nossa cultura, e a língua materna, nossas danças, pinturas e festa culturais, são tradições milenares e não são mercadoria que vamos negociar;
- ✓ Que a terra é nossa, a água é sagrada e elas são inegociáveis para os povos indígenas.

E por fim exigimos dos órgãos competentes e do governo federal que:

- ✓ O Presidente Lula retome com urgência a demarcação de todas as terras indígenas do Brasil;
- ✓ A FUNAI, fiscalize e proteja todos os territórios indígenas do Tocantins e do Brasil;
- ✓ A FUNAI, retome os processos de revisões dos limites das terras indígenas, que na época da demarcação teve erro e parte da terra indígena ficou de fora, como é o caso do povo Apinajé;
- ✓ A FUNAI, conclua o processo fundiário para garantir as terras do povo Krahô-Kanela, Kanela do Tocantins e Krahô Takaywrá;
- ✓ Que a FUNAI conclua a demarcação da terra indígena Taego Avá do povo Avá-Canoeiro;
- ✓ A FUNAI, tome providencias urgentes e faça uma força tarefa junto com a polícia Federal para recuperar a área Krahô que está sendo invadida na linha seca do território;
- ✓ Que os deputados e senadores votem a favor dos vetos do presidente Lula e acabem com essa lei anti-indígena e inconstitucional;
- ✓ Que as estradas internas dos territórios indígenas sejam cascalhadas e sejam construídas pontes e bueiros pelo em parceria dos órgãos federais, estaduais e municipais, para melhorar o transporte interno e favoreça à saúde e educação indígena;
- ✓ A SESAI e o DSEI priorizem a contratação dos técnicos de enfermagem indígenas e garantam as vagas para os povos indígenas, e que não seja em processo seletivo;
- ✓ A SESAI e o DSEI, coloquem no plano anual todas as demandas que levam os conselheiros locais das comunidades para o Conselho Distrital de Saúde Indígena;
- ✓ Que a SESAI e o DSEI garantam saneamento básico e água potável de qualidade em todas as aldeias dos povos indígenas do estado do Tocantins;
- ✓ Que a SESAI e o DSEI garantam transporte suficiente e em boas condições para o atendimento nas aldeias indígenas;
- ✓ Que a SESAI e o DSEI garantam vagas suficientes para o atendimento de consultas e exames para os indígenas, pois, há municípios que só tem 2 vagas para os indígenas;
- ✓ Que a SESAI e o DSEI garantam os exames de pré-natal para as mulheres indígenas de Tocantins;

- ✓ Que a SESAI e o DSEI melhorem a infraestrutura do polo base em todas as localidades que presta o serviço, de forma especial, na cidade de Itacajá;
- ✓ Que a SESAI e o DSEI incluam no Plano, a atenção do alcoolismo, como problema de saúde nos povos indígenas;
- ✓ Que a SESAI e o DSEI façam a reforma e construção de postos de saúde nas aldeias onde falta esse serviço;
- ✓ A SEDUC, que melhore as escolas indígenas, onde há escolas que construa cerca em volta das escolas;
- ✓ A SEDUC, busque favorecer a alimentação tradicional na merenda escolar e possa adquirir os alimentos dos próprios indígenas;
- ✓ Que a SEDUC, faça a reforma nas escolas que estão em situação precárias.
- ✓ Que a SEDUC garanta o material escolar adequado para as crianças indígenas;
- ✓ Que a SEDUC priorize a contratação dos indígenas nas escolas e serviços educacionais;

Nossos direitos são inegociáveis, povos indígenas do Tocantins.